Página 13

EDIÇÃO ELETRÔNICA

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

■ Nº IV ■ 30/NOV/2009

A baixaria apenas começou

Algumas palavras acerca do lamentável texto cometido por Cesar Benjamin, nas páginas da igualmente lamentável *Folha de S. Paulo*. Página 3

VEJA NESTA EDIÇÃO

PT: PED em debate pp 4 a 11

Conferência de comunicação p. 12

Pessoas para ouvir p. 13

Um canudo de papel pp 14 e 15

A queda do Muro pp 16 e 17

Um cineasta comunista p.18

50.000 votos!!!

PED 2009 : com 97,2% dos votos apurados, Iriny Lopes obteve 50.293 votos. Páginas 4 e 5

No Uruguai, vencemos: 51,9% Mujica!!!

Olhai a floresta

Adiamos o fechamento desta edição de Página 13, à espera dos resultados das eleições uruguaias (onde Pepe Mujica foi eleito), bem como das ilegais e ilegítimas "eleições" hondurenhas (onde esperamos que o povo faça o que deve ser feito, inclusive ausentando-se de um pleito realizado sob diferentes níveis de estado de sítio).

O adiamento não foi suficiente para saber dos resultados a tempo de comentá-los adequadamente aqui; mas foi providencial, pois nos permitiu dizer algumas palavras acerca do lamentável texto cometido por Cesar Benjamin, nas páginas da igualmente lamentável *Folha de S. Paulo*.

Não vamos discutir as razões pessoais (políticas e psicológicas) de Benjamin, nem achamos adequado responder à grosseria, com grosseria. Tampouco vamos gastar nosso e vosso tempo, prezado leitor, refutando a acusação, pois é isto o que a imprensa caluniadora deseja. Parte do que deveria ser dito a respeito da "coisa em si" está no texto de Gilberto Maringoni, publicado nesta edição de Página 13.

Mas vale a pena olhar toda a floresta, que inclui muito mais do que as urtigas da *Folha*.

Há uma contra-ofensiva da direita em toda a América Latina, que se expressa de diferentes maneiras (IV Frota, bases militares na Colômbia, golpe em Honduras etc.). Esta contra-ofensiva só terá sucesso se, em 2010, o PT perder a presidência da República. Em nome disto, todas as armas serão utilizadas contra nós. Inclusive baixarias ao estilo Miriam Cordeiro em 1989.

A baixaria é uma "faca de dois legumes", como diria um antigo dirigente petista.

Com um "legume", corta-se do debate a grande política, fazendo a discussão escorregar da vida pública em direção à privada. E, enquanto as pessoas de bem são obrigadas a defender sua honra, o segundo "legume" ataca onde importa. Por exemplo: no Pré-sal, concessão ou partilha?

Desviando a atenção do grande público para temas privados, o grande capital, a direita e seus aliados nos meios de comunicação ficam à vontade para operar naquilo que de fato interessa.

O PT foi vítima, diversas vezes, deste tipo de operação. Que em 2009 eles se julguem no direito de alvejar Lula, serve de alerta para o grau de vileza com que vão operar contra Dilma. E que o ataque mais recente tenha partido de um ex-petista e também ex-PSOL, serve como antídoto para os que esperam um debate de alto nível no próximo ano. A baixaria, tenhamos claro isto, apenas começou.

Esperamos que a nova direção do PT, que deve tomar posse em fevereiro de 2010, tenha clareza disto. E que consiga colocar manter a política no comando, explicitando para a população quais são os diferentes projetos que estão em jogo na eleição presidencial do próximo ano.

Preocupa-nos, por isto, que deputados federais petistas tenham se envolvido no diversionista debate sobre a distribuição federativa da renda futura do pré-Sal. Seria um desastre acontecer, agora, o que ocorreu no debate sobre a reforma política: uma parte de nossa bancada ajudando a direita a tirar as castanhas do fogo.

Resultados do PED

Preocupa-nos, igualmente, o resultado do PED. Voltamos a ter uma maioria absoluta no Diretório Nacional. Da última vez que isto ocorreu, entre 1995 e 2005, sofremos do mal da "maioria presumida", que sem adequado debate e esvaziando a institucionalidade partidária, nos levou à beira do precipício. Com um agravante: aquela maioria tinha, pelo menos até 2003, estratégia e direção. A atual maioria tem uma tática e ainda está por provar que é algo mais do que uma aliança entre três grupos que há apenas dois anos diziam, uns dos outros, frases que preferimos não colocar em letra de forma.

Neste *Página 13*, iniciamos um debate sobre os resultados do PED, que prosseguirá na próxima edição. O essencial a ser dito é o seguinte: num partido de massas, o comportamento do eleitorado interno é semelhante ao comportamento do eleitorado em geral. Sendo assim, nada mais natural que a satisfação com o desempenho do governo Lula tenha se transformado em votos "chapa branca".

Isto não justifica as ilegalidades e ilegitimidades do processo de PED, marcado por pouco debate político, cotizações em massa, transporte de filiados e desigualdade material entre as chapas. Apenas serve para nos lembrar que estas ilegalidades e ilegitimidades só tiveram o efeito que tiveram, por causa da conjuntura política.

Neste PED, a Esquerda socialista atingiu pouco mais de 10% dos votos. Considerando as condições da disputa, um êxito que deve ser comemorado. Mas considerando o objetivo de tornar-se maioria no PT, um resultado que deve ser avaliado com muito detalhamento. Esperamos que o mesmo seja feito por todos os petistas que não querem ver o Partido dos Trabalhadores converter-se em algo parecido com o PMDB de ontem ou com o PTB de anteontem.

A esse respeito, uma história final: um destacado dirigente petista comemorava os resultados da eleição em Minas Gerais. Segundo ele, apesar de todas as fraudes cometidas, o candidato a presidente apoiado pelo ex-prefeito Pimentel não conseguiu vencer no primeiro turno e deverá ser derrotado no segundo turno.

Compartilhamos da comemoração e faremos todos os esforços para que os aliados do PSDB percam o segundo turno do PED em Minas Gerais. Mas não podemos deixar de constatar que parte dos votos dados a Reginaldo, no primeiro turno, foram dados também para Zé Eduardo Dutra e para a chapa nacional Construindo um Novo Brasil.

Esperamos que a nova maioria partidária perceba que a sobrevivência do PT depende de uma reforma política interna, da democracia e da política no comando. Claro que estas três coisas ajudarão a esquerda petista. Mas as ameaças ao Partido vem da direita, não da esquerda. ★

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), Jorge Penha (AP), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Talita Cardoso (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,160 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

César Benjamin e a Folha de S. Paulo

*Gilberto Maringoni**

César Benjamin, um homem com uma história digna e respeitável, escreveu no dia 27 de novembro último, um artigo na Folha de S. Paulo, intitulado "Os filhos do Brasil".

Em uma página inteira, Benjamin conta parte da história de sua prisão nos períodos mais duros da ditadura. Ele teve uma conduta digna, apesar de ser então muito jovem.

O espaço cedido pela *Folha* não se deu por conta disso. Até porque o jornal considera aqueles anos como os da "ditabranda", que não teriam molestado muito o povo brasileiro.

César vale-se da página para fazer uma pesada denúncia pessoal contra o presidente Lula. Acusa-o de tentativa de estupro contra um companheiro, durante sua prisão de 40 dias, em 1980.

Conta ter sabido do fato em uma conversa informal, em 1994, pela boca do próprio Lula.

Não apresenta provas. Não se lembra do nome de todos os presentes na roda.

Mas joga a acusação em letra de forma.

Um petardo em papel jornal.

Não acho correto darmos credibilidade a Cesar Benjamin neste episódio.

Repetindo: ele tem um passado de lutas e uma capacidade de elaboração respeitável. É uma pessoa afável e educada.

Mas há tempos, Cesar resolveu buscar um espaço em voo solo, descolando-se de qualquer ação coletiva.

Não sei exatamente o que se passa. Não sei se é uma vaidade imensa, não sei se é alguma questão política, ou se um modo de se fazer política com o fígado.

Uma denúncia como a que ele faz não é uma denúncia pessoal.

Só encontro paralelo recente no caso Miriam Cordeiro, na campanha Lula de 1989. Levanta-se um pecado íntimo para se atacar uma vertente política.

Por que a denúncia não foi feita antes?

Por que ela é feita quando o governo tem uma atitude digna na questão hondurenha?

Por que ela é feita quando Lula recebe um inimigo figadal de Israel?

Por que ela é feita quando há um afrouxamento mínimo na política monetária?

Por que ela é feita quando se travam as privatizações dos aeroportos?

Por que ela é feita quando a direita faz uma ofensiva de conjunto na América Latina?

Por que a denúncia foi feita na Folha?

Por que a Folha abriu uma página inteira a ela?

Por que ele faz isso na boca de uma campanha eleitoral?

Por que ele faz isso quando o candidato da direita - José Serra - começa a cair nas pesquisas?

O caso me evoca outra lembrança triste.

No início dos anos 1970, alguns militantes da esquerda revolucionária, muito jovens, não aguentando as torturas a que foram submetidos na prisão, foram para a TV.

Afirmavam estarem arrependidos da luta.

Anos atrás eu os classificava com o epíteto seco de 'traidores'.

Hoje, pensando no fato de serem adolescentes, pondero meu tom.

Não fizeram um papel edificante.

Causaram prejuízos irreparáveis.

Mas eram meninos acuados.

> **"Quase 40 anos depois da fase mais dura de combate à ditadura, Cesinha - que não é mais um menino - vai para as páginas e holofotes da grande mídia, fazer o que as classes dominantes querem."**

O caso mais evidente foi o de Massafumi Yoshinagui, da VPR. Foi até capa de Veja, em 1971. Viveu atormentado com seu gesto, até se suicidar em 1976, aos 26 anos de idade.

Quase 40 anos depois, Cesinha - que não é mais um menino - vai para as páginas e holofotes da grande mídia, fazer o que as classes dominantes querem.

Recebi notícias de que blogs da direita estão difundindo o texto.

Conheço o César Benjamin há cerca de 20 anos.

Sinto que nós o perdemos irremediavelmente.

Fico envergonhado com o papel que ele está desempenhando.

Seu passado não merece isso.

Mas a História irá julgá-lo.

Por ora fica na ponta da minha língua o adjetivo que usei contra os que foram à televisão naqueles anos.

E não encontro atenuantes para César Benjamin.

Faço votos que ele se dê bem no outro lado. ★

***Gilberto Maringoni** é jornalista, artista gráfico e militante do PSOL

Eleitorado petista ultrapassa a marca de meio milhão

*Emilio Font**

Com 97,2% da urnas apuradas no fechamento desta edição, a apuração de votos do Processo de Eleições Diretas do PT 2009 contabilizava a participação de 510.899 filiados, em mais de 4.000 municípios distribuídos em todos os estados da federação, contra pouco mais de 3.200 municípios no PED de 2007.

É inegável que se trata de um número expressivo, um crescimento de 56,57% no número de votantes em relação ao PED 2007, que teve a participação de 326.297 filiados.

Dos estados, São Paulo aparece com o maior número de votantes: 102.876, seguido por Minas Gerais com 47.484, Rio Grande do Sul com 40.404, Rio de Janeiro com 38.478, Ceará com 35.978 votantes, Pernambuco com 30.241 votantes e Bahia com 29.159.

Já os estados que atingiram o maior quorum (número de votantes em relação ao total de filiados aptos) e cuja participação ultrapassou a metade (50%) do número de eleitores aptos foram: Maranhão (52,86%) seguido pelo Ceará (52,40%), Amazonas (51,99%), Espírito Santo (51,28%) e Amapá (50,90%). O quorum foi atingido em todos os estados do Brasil.

Com relação ao PED 2007, somente o estado do Acre viu reduzida a participação de votantes, de 1.387 em 2007 para 1.383 em 2009. O crescimento no número de votantes foi maior nos estados do Ceará (125,41%), Amapá (117,59%), Pará (110,28%), Espírito Santo (96,24%) e Pernambuco (93,21%). Os números revelam ainda que em 6 estados a participação cresceu entre 60 e 80%, em 10 estados cresceu entre 30% e 59% e que em apenas 5 estados o crescimento foi inferior a 30%, incluindo nestes o estado de Sergipe, com crescimento de 29,77%.

Um dado serve de alerta: a evolução do número de votos nulos, 6.663 em 2007 (2,04%) contra 30.701 em 2009, equivalente a 6,01% do total de votantes. Um aumento de 360,77% nos nulos, muito superior ao aumento do número de votantes, que foi de 56,57%.

As candidaturas à presidência nacional

Em 2007 tivemos 7 candidatos à presidência: Marcus Sokol, Valter Pomar, José Eduardo Cardozo, Jilmar Tatto, Gilney Viana, Ricardo Berzoini e Miranda.

Em 2009 os candidatos foram Marcus Sokol, Iriny Lopes, José Eduardo Cardozo, Geraldo Magela, Zé Eduardo Dutra e Serge Goulart.

A candidatura de Sokol obteve 3.016 votos em 2007, ou 1,00% dos votos válidos. Já em 2009, apesar do crescimento no número de eleitores (4.937 votos, equivalente a 63,19%), o percentual de Sokol elevou-se para tão somente 1,10%.

A Articulação de Esquerda, que em 2007 apresentou Valter Pomar, neste PED apresentou Iriny Lopes como candidata à presidenta nacional, com o apoio de quase todas as forças que lançaram Gilney Viana em 2007. Naquele PED Pomar e Viana obtiveram somados 47.652 votos; já neste PED Iriny Lopes obteve 50.293 votos, um crescimento de 5,54% em relação às duas candidaturas somadas em 2007. Mas percentualmente houve uma queda de 15% para 10%.

Cardozo foi apoiado pelos mesmos que o lançaram em 2007, quando teve 57.694 ou 19%. Apesar do crescimento de 37,95% no número de votos em relação a 2007, o que lhe conferiu 79.588 votos em 2009, seu percentual caiu para 17,10%.

Jilmar Tatto não foi candidato em 2009. Em 2007 ele obteve 61.440 votos (20,20%). Em 2009, seus apoiadores se dividiram entre Dutra e Magela.

Geraldo Magela, que não foi candidato em 2007, obteve no PED de 2009 um total de 58.039 votos, o que equivale a 12,40%. Parte destes votos foi para Tatto em 2007.

Já a candidatura de Zé Eduardo Dutra é a sucessora da candidatura de Ricardo Berzoini em 2007. Naquela ocasião Berzoini obteve 131.828 votos, 43,40% . Já neste PED 2009, Zé Eduardo Dutra, com apoio de parte dos eleitores de Jilmar Tatto em 2007, obteve 270.619 votos, o que lhe garantiu 58% dos votos válidos, um crescimento superior a 14 pontos percentuais (comparado a Berzoini) ou um crescimento superior a 7 pontos percentuais (comparado a soma dos votos de Berzoini e Tatto, menos os votos de Magela –supondo que os votos de Magela 2009 correspondam a contribuição do Movimento PT à candidatura Tatto em 2007).

Por fim, em 2009 apresentou-se como candidato Serge Goulart que obteve 3.220 votos equivalente a 0,7% dos votos válidos.

A evolução da chapa integrada pela Articulação de Esquerda

"A Esperança é Vermelha" e "Militância Socialista", chapas que disputaram o PED 2007, se unificaram no PED de 2009 e compuseram a chapa Esquerda Socialista.

Em 2007, as duas chapas somadas obtiveram 48.678 votos, equivalente a 16,70%. Já nesta eleição a Esquerda Socialista obteve 47.686 votos, equivalente a 10,8%, uma redução de 2,04% no número total de votos, se somadas as duas chapas em 2007.

Parte dessa redução deve-se ao crescimento do número de eleitores, que não foi acompanhado na mesma proporção pelos votos dados à esquerda partidária: de um lado um crescimento de 55,62% no número de eleitores aptos a votar (849.812 em 2007 contra 1.322.487 em 2009), acompanhado pelo crescimento de 56,57% no número de votantes, números que não foram acompanhados no crescimento dos votos da chapa Esquerda Socialista.

Outro dado relevante é o crescimento da chapa Construindo um Novo Brasil, resultado da unidade entre duas chapas que disputaram o PED 2007: “Partido que muda o Brasil” e “Partido é prá Lutar” (exceto a tendência Movimento PT, integrante desta chapa em 2007, que em 2009 lançou chapa e a candidatura de Magela).

Comparados apenas os resultados da chapa “Construindo um Novo Brasil” de 2007 e “Partido que muda o Brasil” de 2009, o crescimento é de 99,48%, (124.728 votos em 2007 contra 248.805 em 2009).

Se subtraídos todos os votos supostamente transferidos pelos apoiadores da chapa “Partido é prá Lutar” de 2007” a chapa “Partido que muda o Brasil” teria 192.086 votos, um crescimento de 54,00% com relação a 2007.

Já se compararmos a votação de 2007 somada das chapas “Construindo um Novo Brasil” e “Partido é prá Lutar” teremos 181.447 votos, ou 62% dos votos válidos em 2007, verifica-se um crescimento de 37,12% em 2009 da eventual unificação do eleitorado de ambas as chapas obtido em 2007.

Esse crescimento está diretamente relacionado com a ampliação do número de eleitores aptos a votar, das filiações no período e da participação elevada de filiados-eleitores no PED de 2009. Cabe lembrar que em 2007 o número de votos válidos dados às chapas foi 292.501, contra 450.933 nesta eleição.

Pode-se questionar a legalidade interna e a legitimidade política de muitas destas filiações e votos, porém é inegável que a esquerda partidária não conseguiu acompanhar o crescimento quantitativo do Partido.

Não se trata aqui de defender os métodos e práticas adotadas por parcelas importantes do PT, práticas que devem ser enfrentadas e repudiadas; mas de compreender que o crescimento do Partido em número de filiados não é por si uma característica a ser combatida, muito pelo contrário: é uma necessidade para um partido que se propõe a incorporar as massas na atividade política do país.

Diversos agrupamentos da chamada esquerda partidária, principalmente na década de 80, enxergavam a base petista como um manancial de potenciais militantes a serem cooptados para a construção de seus próprios agrupamentos, porém deixavam para a antiga maioria partidária (a então Articulação) a tarefa de ampliação da base petista. O resultado foi o desaparecimento (ou quase) de diversas destas organizações. Cabe à esquerda petista, aos 30 anos de vida do PT, achar um caminho para crescer quantitativamente e qualitativamente junto à classe trabalhadora, às bases sociais e eleitorais do petismo. ★

***Emílio Font** é dirigente do PT de Vitória (ES)

PED 2009 - Parcial 97,2%

27/11/2009

Candidatos a presidente

Nº	NOME	VOTOS	VV
180	ZÉ EDUARDO DUTRA	270.619	58,0%
140	J. EDUARDO CARDOSO	79.588	17,1%
150	GERALDO MAGELA	58.039	12,4%
120	IRINY LOPES	50.293	10,8%
110	MARCUS SOKOL	4.937	1,1%
190	SERGE GOULART	3.220	0,7%
Válidos		**466.696**	100,0%
Brancos		30.701	
Nulos		13.502	
Total		**510.899**	

Chapas nacionais

Nº	NOME	VOTOS	VV
280	PARTIDO QUE MUDA O BRASIL	248.805	55,2%
240	MENSAGEM AO PARTIDO	71.179	15,8%
220	ESQUERDA SOCIALISTA	47.686	10,6%
250	MOVIMENTO	42.835	9,5%
270	PARTIDO PARA TODOS	24.793	5,5%
230	CONTRAPONTO	6.346	1,4%
210	TERRA, TRABALHO E SOBERANIA	5.904	1,3%
290	VIRAR À ESQUERDA	3.385	0,8%
Válidos		**450.933**	100,0%
Brancos		42.425	
Nulos		15.577	
Total		508.935	

Dutra, presidente eleito do PT

TOCANTINS

Requintes de coronelismo

*Iranilto Sales**

A Articulação de Esquerda disputou o PED no Tocantins com o apoio do Movimento PT. O companheiro Jozafa Maciel recebeu 17% dos votos e a chapa ficou com 15%.

O processo foi marcado pelo esvaziamento dos debates, pelo uso da máquina partidária em favor de uma chapa e pelo abuso do poder econômico. Em várias cidades do interior houve animosidades e troca de acusações em razão de flagrantes desrespeitos ao regulamento do PED e do estatuto do PT. O transporte de filiados em ônibus, pagamentos de centenas de anuidades com cheques de membros de uma chapa e oferecimento de refeições eram feitos como se não houvesse disposição contraria.

Em Palmas, a eleição marcada para a Câmara Municipal tinha todos os elementos de uma eleição geral. A grande quantidade de novos filiados que chegaram ao Partido em massa em 2008, mais a falta de direção e de debate político já anunciavam: o PED seria o mais pragmático e fraco politicamente já visto.

Como resultado disso, a CNB sofreu varias impugnações de suas candidaturas e chapas e as eleições da Capital que representam mais de 20% dos filiados do Estado foram canceladas. Esses problemas foram amplamente divulgados na mídia local.

Não obstante a crise instalada, a CNB ignorou a importância da eleição de Palmas e divulgou sozinha o resultado das eleições, proclamando os vitoriosos. E para resolver o impasse causado pelas irregularidades que cometera, acionou o Prefeito de Palmas Raul Filho, pré-candidato a governador, para mediar o conflito.

Alegando que a demora ocasionada pelo cumprimento dos prazos regimentais poderá prejudicar a agenda política de 2010, os companheiros que cometeram as irregularidades propõem a retirada de todos os recursos e realização da eleição de Palmas com a maior brevidade

A Articulação de Esquerda propõe a apuração dos fatos, punição dos responsáveis, cancelamento da inscrição das chapas que cometeram as irregularidades e realização das eleições de Palmas com os votos contabilizados para as candidaturas e chapas as instâncias superiores.

Se o PT fizer isso, estará dando uma boa resposta para a sociedade, e evitará que em 2010 seja levantada qualquer dúvida quanto à legitimidade da direção que ira articular a campanha de Raul Filho e da Dilma Rousseff. ★

*__Iranilto Sales__ é secretário da JPT de Palmas

RIO DE JANEIRO

Por candidatura própria, AE vai de Casula no segundo turno

A AE-RJ participou do primeiro turno do PED 2009 defendendo a importância da candidatura própria do PT ao governo estadual em 2010 como a tática eleitoral mais adequada para: 1) Fortalecer política e eleitoralmente a candidatura Dilma à presidente da República; 2) Oferecer aos cidadãos fluminenses um programa de governo popular e de esquerda em consonância com as mudanças em curso no âmbito federal; e 3) Aumentar as condições de governabilidade de um possível governo Dilma através da ampliação das bancadas parlamentares e do número de governadores, contribuindo assim para o fortalecimento do Partido.

No segundo turno trata-se de dar seqüência e conseqüência a esta tática que é de construir um projeto político de esquerda para o Estado do Rio de Janeiro. Reconhecemos que o companheiro Lindberg Farias é o quadro partidário que reúne as melhores condições políticas e eleitorais para ser o candidato do PT a governador em 2010.

Do ponto de vista do Partido consideramos fundamental resgatar o funcionamento das instancias, o respeito às decisões das bases na condução das ações partidárias, buscar a aproximação com os movimentos sociais populares, e reconstituir relações de confiança entre as forças políticas com respeito às decisões e acordos estabelecidos.

A partir destes pressupostos a Direção Estadual da Articulação de Esquerda/RJ conclama a todas e todos apoiadores da chapa Esquerda Socialista e da candidatura Taffarel a presidente estadual a votarem no companheiro Lourival Casula no segundo turno do PED no estado do Rio de Janeiro.

Direção Estadual da Articulação de Esquerda – Rio de Janeiro

MINAS GERAIS

No 2º turno, AE apóia Gleber

Neste segundo turno do PED em Minas Gerais, o que está em jogo não é somente a eleição da direção partidária, mas também a possibilidade de encamparmos a partir desta nova direção o projeto democrático popular para Minas Gerais. Basta lembrar que a atual direção estadual assim como o PT de Belo Horizonte nas últimas eleições, cederam espaço ao tucanato, aliando-se aos interesses econômicos e abrindo caminhos para as políticas neoliberais de Aécio Neves.

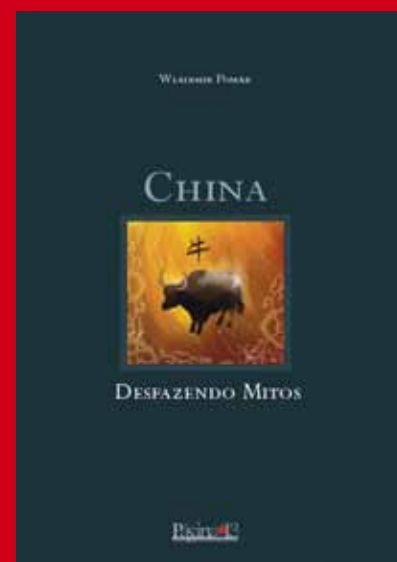
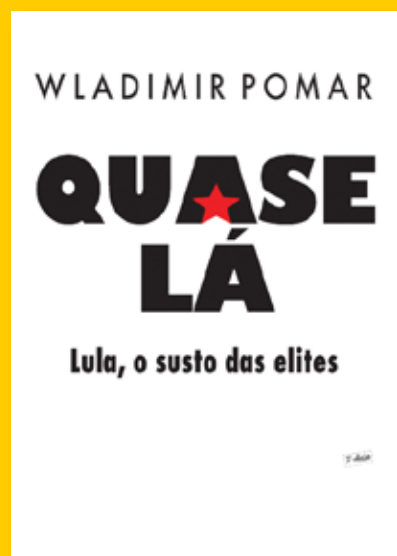
A Articulação de Esquerda sempre defendeu conjuntamente com o Movimento Coerência Petista, o apoio ao Ministro Patrus Ananias. O Governo do PT com Patrus na Prefeitura de Belo Horizonte, representou o ínicio da construção de um projeto que priorizou as políticas sociais e a democracia participativa. Essa inversão de prioridade foi levada a cabo pelo governo federal através do Ministério do Desenvolvimento Social com programas como o Bolsa Família, Sistema Único de Assistência Social e política de Segurança Alimentar. É pensando em realizar as mudanças estruturais e sociais que Minas Gerais precisa que apoiamos Patrus para o governo do Estado e Gleber Naime como presidente do PT Estadual neste segundo turno do PED.

A vitória de Gleber Naime será capaz de conduzir esse projeto, em nome do PT de Minas e dos possíveis aliados, impedindo a ação daqueles que querem entregar o Partido dos Trabalhadores aos interesses do PSDB.

Apoiamos Gleber Naime para presidência do Partido dos Trabalhadores na certeza de seu compromisso com o projeto democrático popular para Minas, com candidatura própria ao Palácio da Liberdade; com respeito as instâncias de decisões; com a formação política como instrumento de construção do partido; e, com o fortalecimento dos setoriais e das bases partidárias.

Diante da disputa que se travou no primeiro turno, que avaliaremos profundamente após o encerramento deste processo, e da necessidade de garantirmos o projeto democrático popular para Minas e o Brasil, salientamos a importância de comparecermos as urnas no próximo dia seis de Dezembro.

Nestes poucos dias que temos, devemos fazer uma convocação geral à todos os filiados do partido no Estado, em especial da Articulação de Esquerda e do Coerência Petista a votarem neste segundo turno em Gléber Naime e a fiscalizar o processo garantindo uma votação de fato da militância comprometida com o partido.

Direção Estadual da Articulação de Esquerda de Minas Gerais

DEBATE

Impressões preliminares

Flávio Loureiro*

Vamos começar a analisar os resultados do PED à luz de performances isoladas, como as da família Prado, em Minas Gerais. Três irmãos com base de origem em Uberlândia, onde o chefe do clã Weliton Prado é deputado estadual, sendo os demais vereador e deputado federal. Eles, através da chapa nacional Contraponto, estão em vias de conquistar assento na executiva nacional do PT, o que significa que alguma coisa está fora de lugar.

Digo isso porque o resultado deste PED ratifica a força interna de determinadas personalidades políticas com mandato, em função do seu poderio eleitoral, e estrutural, materializada pelas performances das chapas que compuseram, como, além da Contraponto, é o caso da corrente paulista Novos Rumos que, junto com a CNB, foi a que mais cresceu neste PED.

Novos Rumos é formada por um condomínio de mandatos de vereadores, deputados estaduais e federais. liderados pelo deputado federal Cândido Vacarezza, líder da bancada do PT na Câmara Federal, com forte base no estado de São Paulo, em particular na sua capital.

Vale destacar, ainda, a performance da chapa Partido Paratodos, uma costela mineira - onde tudo começou antes mesmo de 2005 - da chapa nacional que disputou o PED Movimento Partido Paratodos.

Tal fenômeno permite enveredar para outro debate, que envolve desde o sistema eleitoral brasileiro, até concepção de partido e de tendência, na luta pelo socialismo no período histórico atual.

É fato que o nosso sistema de representação eleitoral, de voto em lista aberta, estimula a individualização dos mandatos e a fragmentação partidária. Haja vista as complexas negociações em relação a qualquer projeto mais polêmico na Câmara Federal, quando não basta negociação entre partidos, mas entre estes e grupos de interesse diversos que integram os partidos, mas que não estão sob controle das lideranças dos mesmos, salvo em matérias onde acordos de lideranças por sí só bastam.

Tal mecanismo, associado ao financiamento privado de campanhas, se constituem numa combinação explosiva, cujos efeitos verificamos no cotidiano de funcionamento de congresso, assembléias legislatvas, câmaras municipais, dos partidos tradicionais e cada vez mais no interior do PT.

Os processos de eleições internas do PT reproduzem os mesmos vícios dos processos eleitorais que se realizam no país (...) Surge a necessidade de realização de uma reforma política não só no Brasil, mas também no Partido dos Trabalhadores.

Com efeito, e de forma cada vez mais contundente, os processos de eleições internas do PT reproduzem os mesmos vícios dos processos eleitorais que se realizam no país. Para ratificar este esboço de tese que desenvolvo, um amigo petista mineiro, mas há muito radicado em São Paulo, me chamou atenção para um boletim divulgado pelo deputado federal Devanir Ribeiro (SP), ligado a corrente Novos Rumos, onde ele destaca que dos 22 mil votos obtidos pelo seu grupo em São Paulo, o mandato dele contribuiu com 4 mil.

O que alerta, como bem lembrou este mesmo amigo, para a necessidade de realização de uma reforma política não só no Brasil, mas também no Partido dos Trabalhadores. A começar pela origem do financiamento das campanhas, para coibir a influência do poder econômico, público e privado, proibidos pelo regulamento do PED e pelo Estatuto do partido (no PT, as eleições são menos transparentes que as do TSE no que se refere aos seus custos e sequer existe prestação de contas de campanha),.e por normas mais rígidas e politizantes de participação de filiados nos processos internos.

O rebaixamento político e programático do partido, influenciado por diversos aspectos, entre os quais as derrotas sofridas pelas experiências socialistas e social-democratas no século passado e a supremacia da lógica mercantil e liberal-individualista disseminada no planeta, além da crescente influência do partido na frente institucional, que alcançou o paroxismo com a conquista da Presidência da República, estimula a consolidação de tal dinâmica no partido.

O que explica em parte o resultado que sai deste PED, e o crescimento da influência das personalidades com ou sem mandato, nas políticas e nas ações partidárias, de acordo não com demandas de um projeto coletivo partidário, mas, no melhor caso, via mediação daquelas demandas com os interesses vinculados à expansão do prestígio, influência e ascensão da carreira política de cada mandatário. ⇨

Isso na melhor das hipóteses. Na pior, vale lembrar do projeto de Vaccarezza que tramita na câmara federal, de retirar a identificação dos produtos geneticamente modificados, o que sem dúvida objetiva expandir a sua comercialização, ao arrepio da posição de quaisquer ambientalistas dentro e fora do PT e da posição majoritária do partido sobre o tema. Quando tal iniciativa vem do líder da bancada, alguma coisa está fora do lugar. Ou o partido ou o líder.

Os Prados, os Ribeiros, os Vaccarezzas que cada vez mais vicejam no partido, e transitam pela maioria das correntes e, principalmente, grupos regionais com influência no partido, que ora se associam, ora não se associam, aos campos nacionais nas disputas do PT, são resultado disso. Dos primeiros não conheço a origem da militância, mas os dois últimos são oriundos, respectivamente, do movimento sindical e da esquerda socialista. Os que não aderiram, estão sendo tragados por tal dinâmica, pois é cada vez mais complexa há sobrevivência parlamentar no partido fora dela.

Tal fenômeno em vários estados, como no do Rio onde acompanho de perto, resulta em direções fracas, fragmentadas e em seções partidárias fracas. Boa parte dos integrantes dessas direções não são mais indicados por correntes e campos políticos, mas por mandatários de cargos executivos e/ou proporcionais que os integram para defenderem, primeiro os seus interesses e, quando possível, do coletivo partidário. E vire e mexe brigam entre si no processo do PED, no interior das próprias correntes que integram, como se tivessem - e estão -, disputando um mandato eleitoral. Na CNB, então, a maior de todas, isso é cristalino.

Logo, a capacidade de formulação coletiva, de direção política sobre o conjunto do partido é zero. Como uma direção fragmentada por interesses de mandatos, que em geral se movem em função do próximo pleito, pode produzir políticas coletivas?

Esta fragilidade, que corre solta nos estados, e abre o flanco para que partidos "aliados" influenciem sobremaneira as decisões internas do PT, já se verifica na composição de chapas que disputaram a direção nacional do partido, como a Contraponto e as duas chapas do Movimento PT, um campo formado a partir de personalidades com ou sem mandatos. A própria Mensagem já teria tal perfil consumado, não fosse a presença no interior dela da DS, cada vez mais fragmentada e institucionalizada. Já é assim nos estados onde a DS exerce menos influência.

Essa concepção de partido, liderado por notáveis com voto de massa que contamina o PT, inclusive a esquerda socialista do partido, começa a invadir um terreno perigoso ao lograr êxito na composição da executiva nacional do partido.

Portanto, é necessário ter um certo cuidado ao tratar do sucesso de personagens como os Prados. Os Tatos lideram um grupamento sólido e permanente, mas se movimentam em função de interesses semelhantes. Eles e seus congêneres, a despeito de eventuais qualidades pessoais, são a expressão mais acabada do processo em curso de peemedebização, ou para voltar ao tempo, de petebização do partido - aliás, o Vladimir Palmeira identifica o PT como um PTB de esquerda há muito tempo - , que ainda não foi levada a termo em função dos fortes vínculos que o PT mantém com as classes trabalhadoras brasileiras e que não deixa a Esquerda Socialista do partido outra alternativa a não ser seguir disputando o partido, mesmo em condições conjunturais e organizativas adversas. ★

***Flávio Loureiro** é jornalista e militante do PT-RJ

Essa concepção de partido, liderado por notáveis com voto de massa que contamina o PT, inclusive a esquerda socialista do partido, começa a invadir um terreno perigoso ao lograr êxito na composição da executiva nacional do partido.

LIBERDADE PARA CESARE BATTISTI !

Os editores das publicações mencionadas abaixo defendem que o Governo brasileiro deve ratificar o ato de seu Ministro da Justiça que, no dia 13 de janeiro de 2009, concedeu asilo político a Cesare Battisti. Neste sentido, o Poder Executivo, no legítimo exercício de suas prerrogativas constitucionais, deve, sem hesitação, rejeitar a hipótese da extradição deste cidadão italiano, autorizada, mas não determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Por nossas convicções democráticas e de esquerda, entendemos que a concessão de refúgio político a Cesare Battisti é uma decisão soberana, legal e de plena legitimidade do Estado brasileiro.

Novembro de 2009

ANTÍTESE - CAROS AMIGOS - CONTRA A CORRENTE - CRÍTICA MARXISTA - HISTÓRIA & LUTA DE CLASSES - IMPRENSA POPULAR - ISKRA - LUTAS E RESISTÊNCIAS - LUTAS SOCIAIS - MAISVALIA - MARGEM ESQUERDA - MARXISMO VIVO - NOVOS RUMOS - NOVOS TEMAS - O OLHO DA HISTÓRIA - OUTUBRO - PÁGINA 13 - PRINCÍPIOS - TEORIA E DEBATE.

Dois caminhos: crescer ou crescer

A esquerda petista precisa também preocupar-se em crescer, mas com qualidade

Gino Genaro*

No momento estamos às portas do fechamento de mais um Processo de Eleições Diretas (PED) do PT, restando ainda algumas poucas localidades para se encerrar a apuração, além de outras, onde teremos segundo turno na disputa da presidência, portanto, ainda não estão disponíveis todos os elementos para uma avaliação quantitativa do processo. Isto não impede, porém, que já iniciemos algumas reflexões qualitativas acerca do pleito. Um fato é certo: a ala moderada do partido, em particular a Construindo um novo Brasil (CNB), cresceu bastante em todo o país, recuperando boa parte do espaço perdido nos dois últimos PED's (2005 e 2007), por conta dos efeitos das crises vividas pelo partido no período. Também parece certa a perda de espaço da esquerda partidária na direção nacional do PT.

Mais uma vez o que vimos foi mais do mesmo: crescimento vertiginoso de filiados aptos a votar em todo o país, transporte de eleitores no dia da votação, pagamento de contribuições no atacado, debates esvaziados, fazendo com que muitos nem chegassem a acontecer, telemarketing, uso indiscriminado da estrutura dos mandatos nas campanhas de algumas chapas e candidaturas, enfim, a lista é bastante vasta. O desempenho da esquerda petista nas urnas certamente está relacionado a diferentes fatores, que vão da forte influência do poder econômico e político de mandatos e lideranças sobre o processo, passando pelos acertos táticos dos nossos adversários, até chegar aos erros tático-organizativos da própria esquerda. Neste sentido, uma avaliação honesta das eleições deve abordar, pelo menos, estes três fatores.

A vulnerabilidade do PED à influência do poder econômico e político parece ser o aspecto mais evidente, afinal, todos que participamos das campanhas sentimos na pele seus efeitos, em particular nas urnas. Para minimizar ou reduzir seus efeitos é mister a implementação de mudanças das regras do processo, no sentido de limitar gastos com as campanhas, punir efetivamente os abusos na filiação, cotizações a transporte de filiados, dentre outros, por mais difícil que seja a fiscalização de tudo isso. No que diz respeito à tática adotada por nossos adversários, foi ponto comum a propaganda e a defesa, incondicional e superficial, das realizações do governo Lula, na tentativa de surfar na popularidade do presidente. Esta tática, convenhamos, rendeu seus frutos, especialmente se levarmos em conta os reais avanços e conquistas do governo, aliados à despolitização dos debates ocorridos ao longo do processo.

Ainda no terreno da tática adotada por nossos adversários e métodos utilizados, é forçoso reconhecer um fato: muitas das forças ou parlamentares/lideranças do partido que se utilizam destes métodos para conquistar mais espaço no partido, no fundo, no fundo, não podemos negar, são também "bons de voto", possuem uma base de massa, ou não é verdade? São inúmeros os exemplos, em cada região do país, de parlamentares que usam e abusam de práticas populistas, fazem filiação em massa, cotização em massa, transporte em massa de filiados, mas fazem isso porque têm base. A esquerda petista deve denunciar e condenar tais práticas, mas precisa também preocupar-se em crescer, ampliar sua base, envolver centenas, milhares de filiados que, se não estão dispostos a tornar-se militantes, na acepção socialista do termo, apresentam uma postura crítica aos rumos tomados pelo PT, estão ávidos em debater política e desejosos de mudanças no partido.

É fato que envolver corações e mentes nesta causa é tudo o que a esquerda partidária tem tentado, mas os números das eleições e seu patamar de organização no partido têm mostrado que talvez esteja aí nossa grande tarefa: como ampliar nossa base, atrair novos militantes, formá-los politicamente? Ainda que se consiga avançar nestas tarefas e ampliar --com qualidade-- nossa representação no partido, será necessário um longo período a ponto de nos tornarmos maioria. O quão longo será este período é algo difícil de se prever, pois dependerá em grande medida da conjuntura que tivermos pela frente. Mas uma lição já se pode tirar deste PED: precisamos rever nossa tática, aperfeiçoar nossos métodos de comunicação, atrair novas pessoas para o partido, resgatar os que enrolaram suas bandeiras e voltaram para casa, enfim, precisamos crescer, simplesmente crescer. ★

***Gino Genaro** é militante sindical e membro da Executiva Municipal do PT de São José dos Campos

Cuiabá: Segundo turno

O Camarada Vilson Aguiar, militante da AE, foi o candidato mais votado no primeiro turno do PED-2009 com 801 votos. Ele enfrentou Cido Mendonça, candidato da CNB e do Governo do Estado que teve 705 votos. Além dos companheiros Indio (Militância Socialista) e Robinson Ciréia (O Trabalho) que conquistaram respectivamente 162 e 44 votos. Vilson Aguiar recebeu o apoio do Coletivo Graúna, Movimento PT e Mensagem ao Partido na disputa pela reeleição.

Neste segundo turno ele enfrenta o candidato da CNB e toda a estrutura de cargos (DASs e terceirizados) do Governo do Estado. É a disputa entre o PT de Luta, Democrático e Socialista contra o PT subalterno ao Agronegócio e apegado a cargos.

Vilson Aguiar é fundador do PT, professor e Presidente do Bairro Santa Isabel. Vilson tem 47 anos de idade, militou na Pastoral da Juventude, participou da Fundação da CUT e do SINTEP. Ele é casado com Maria Bartolina e tem uma filha, Ana Julia.

Jairo Rocha, *secretário Geral do PT de Mato Grosso*

Graves distorções

Caminhamos a passos largos em direção ao PMDB?

*Carlos Neder**

O PT é o partido brasileiro com maior número de filiados? Muitos dizem que sim, com grande dose de orgulho. Entretanto, se não o é, e ainda perdemos para o PMDB, caminhamos a passos largos para alcançá-lo a julgar pelo ritmo alucinado de filiações realizadas nos últimos tempos. Diga-se: filiações que ocorrem próximo aos processos eleitorais internos que redefinem ou acentuam o perfil, o caráter e as contradições do nosso partido. Filiações com vida curta e alta rotatividade, uma vez que se observados os que votam em cada PED há uma acentuada participação de filiados recentes em detrimento dos antigos militantes. E a cada atualização, o recadastramento está mais interessado em se desfazer desses últimos, que foram fundamentais para a construção de um partido de massas, militante e com perfil socialista, e em substituí-los, sem pudor e sentimento de culpa, por filiados pragmáticos, em busca de vantagens imediatas que o poder oferece. Poder da própria máquina partidária, dos mandatos parlamentares, dos mandatos executivos, da esfera sindical e tantos outros.

Para participar do processo decisório basta estar filiado há pelo menos um ano e em dia com a obrigação financeira. E, se não estiver quites com o partido, o pagamento pode ser feito no próprio PED, nas Convenções e outros eventos deliberativos. Nada que um acordão entre tendências e chapas, que um cheque pré-datado em nome de vários votantes e outras modalidades de burla do Estatuto e do Código de Ética não resolvam, com o jeitinho brasileiro e petista de ser! Seguindo nessa trajetória, tomamos o PMDB como nossa referência não apenas em relação ao porte do partido e seus milhões de filiados, mas sobretudo, e o que é profundamente lamentável, no que diz respeito à prática partidária, ao fisiologismo e à perda de nitidez ideológica. Esse tipo de eleição direta das direções, com quase meio milhão de eleitores em todo o país, revela, ou melhor dizendo, esconde, graves distorções e nos leva rapidamente para o conhecido processo de burocratização, de enfraquecimento do debate político e de subordinação dos partidos de esquerda às conveniências dos que neles se instalaram a partir de acordos de ocasião, sem maior consistência política.

A Mensagem ao Partido, o Movimento PT, a Esquerda Socialista e correntes trotskistas ousaram discordar da tese de que o acordão era o melhor caminho para fortalecer o PT e a nossa candidatura presidencial. Lançaram chapas próprias nacionalmente, apresentaram teses com coerência interna e disputaram legitimamente o direito à participação proporcional dessas tendências, correntes e movimentos nas direções partidárias, este sim um elemento diferenciador do PT em relação aos demais partidos, inclusive de esquerda, e que ainda não foi sacrificado em nome da unidade. Serão resquícios de uma visão utópica de democracia socialista entre nós? Espero que não! Defendo que a Mensagem ao Partido dialogue de maneira organizada com esses setores e no conjunto do partido sobre a necessidade de fazermos sincera autocrítica do método que se tomou como modelo petista de organização, de tal modo que a concepção do PED se ja revista, bem como os critérios de filiação, de militância e de participação nas decisões do partido. ★

***Carlos Neder** é deputado estadual do PT-SP e integrante da Mensagem ao Partido

4ª Jornada Nacional de Formação Política da AE

Curso 1 - em andamento

Curso 2 - de 7/12 a 13/12:
Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina e no Brasil

Dia 7/12, segunda
Situação atual, panorama da conjuntura internacional, com ênfase na América Latina

Dia 8/12, terça e 9/12, quarta
Desenvolvimento capitalista no Brasil

Dia 10/12, quinta
Modo de produção capitalista e história do continente latino-americano

Dia 11/12, sexta
Programa e estratégia democrático popular e socialista no Brasil sob a perspectiva da luta das mulheres
Programa e estratégia democrático popular e socialista nas condições da luta de classe no Brasil atual

Dia 12/12, sábado
Análise crítica do governo Lula e propostas para o governo Dilma, à luz da estratégia

Dia 13/12, domingo
Avaliação e encerramento

Curso 3 - de 7/12 a 13/12: Conjuntura e campanha eleitoral 2010

Dia 7/12, segunda
Diagnóstico da Conjuntura Eleitoral Nacional

Dia 8/12, terça
Desenvolvimento capitalista no Brasil & Programa 2011-2014

Dia 9/12, quarta
Tática da Campanha Dilma &
Painel das Candidaturas estaduais (majoritárias e proporcionais) do PT e da AE

Dia 10/12, quinta
Oficina sobre campanhas eleitorais (planejamento, etapas, ferramentas)

Dia 11/12, sexta
Estudo das questões da comunicação e propaganda

Dia 12/12, sábado
Análise crítica do governo Lula e propostas para o governo Dilma, à luz da estratégia

Dia 13/12, domingo
Avaliação e encerramento

Curso 4 - de 09/12 a 12/12:
Feminismo e Luta Socialista

Dia 09/12, quarta
A teoria feminista e os feminismos
Feminismo socialista
Oficina - Relações de poder e patriarcado

Dia 10/12, quinta
Relações de poder e patriarcado
Relações sociais de gênero e relações sociais de sexo – ser homem e ser mulher: uma construção social.
Espaços público e privado - O papel da família na reprodução social da vida e no processo de produção capitalismo – Trabalho doméstico.

Dia 11/12, sexta
O papel das mulheres nos diferentes modos de produção (com ênfase no capitalismo), o tipo de estado e o lugar das mulheres;
Os direitos e o papel das mulheres nas experiências socialistas e no "estado de bem-estar social", os direitos das mulheres (sociais, civis, econômicos e sexuais/reprodutivos) sob o capitalismo;

Dia 12/12, sábado
Políticas públicas - limites e desafios, histórico e implementação
Histórico do Movimento de Mulheres no Brasil e no mundo

PREÇOS E INSCRIÇÃO

Curso 1 - R$ 450,00
Cursos 2 e 3 - R$ 400,00
Curso 4 - R$ 270,00
Incluso no preço: hospedagem, alimentação e traslado São Paulo-Cajamar (haverá transporte saindo da sede nacional do PT nos dias 28/11, 6/12 e 8/12, de modo a que os alunos pernoitem em Cajamar na véspera do inicio dos cursos).
Inscrições e mais informações: contatem liciolobo@uol.com.br com cópia para pomar.valter@gmail.com

Em São Paulo, vitória da rebeldia!

*Pedro Estevam da Rocha Pomar**

A maior etapa estadual preparatória da 1a Conferência Nacional de Comunicação, realizada nos dias 20 a 22/11 em São Paulo, reuniu cerca de 800 participantes e elegeu 189 delegados: 84 da sociedade civil, 84 da "sociedade civil empresarial" (sic!) e 21 do poder público. A Conferência Paulista enfrentou obstáculos nos planos federal e estadual.

Como já relatado em edições anteriores do *Página 13*, além de várias decisões coercitivas que vigoraram para todas as conferências estaduais (reserva de 40% das vagas para a representação empresarial, inclusive nas comissões organizadoras; plenárias proibidas de votar propostas), a CON também adotou a esdrúxula decisão de encolher a delegação paulista em 30%, ao definir como padrão de proporcionalidade o tamanho das bancadas de cada Estado na Câmara Federal.

No plano estadual, a ameaça foi a resistência do governador José Serra, que deixou esgotar-se o prazo que tinha para convocá-la, transferindo a tarefa para a Assembléia Legislativa. Nesta, coube à Comissão de Transportes e Comunicações a incumbência de convocá-la, o que de fato ocorreu, com a anuência da Comissão Paulista Pró-Conferência, espécie de fórum dos movimentos sociais e entidades que vinha orientando a movimentação em São Paulo e em diversos municípios.

Uma vez constituída a Comissão Organizadora Estadual (COE), o presidente da Comissão de Transportes e Comunicações, deputado Edmir Chedid (DEM), investido igualmente da presidência da COE, tentou, de início, impor uma condução dos trabalhos burocrática e autoritária. Os deputados da esquerda (PT e PSOL) com assento na Comissão de Transportes e Comunicações, e por tabela na COE, não apareceram nas reuniões, sendo representados por seus funcionários.

Pressões

Felizmente, um grupo de pequenos empresários do setor progressista da mídia (Caros Amigos, Carta Maior, Fórum etc.), que havia se articulado para ingressar na COE, garantiu apoio à bancada do movimento social. Um problema, contudo, não pôde ser resolvido: faltando duas semanas para a Conferência, a Assembléia Legislativa informou que não poderia liberar a prometida (e magra) verba de 100 mil reais, necessária para a hospedagem e alimentação dos participantes. O pretexto foi que não havia tempo para as licitações! Assim, a COE teve que se virar com... 8 mil reais.

Paralelamente a estes problemas, havia pressão de um setor do empresariado (ABRA, Telebrasil) insatisfeito com a autonomia da sociedade civil na COE de São Paulo. Este setor incidia sobre a CON, pretextando que os empresários "não tinham espaço" em São Paulo e brandindo o fantasma da anulação da etapa estadual paulista. E, dentro da COE, operaram para desfazer o acordo interno da bancada empresarial, que estabelecera uma divisão dos 400 participantes a que teria direito em 10 segmentos. Como modo de evitar desequilíbrio entre segmentos, definira-se que cada segmento teria direito a, no máximo, 40 participantes. Os pequenos terminaram fazendo um acordo, cujo resultado final foi a eleição, na Conferência, de 20 delegados de esquerda entre os 84 da delegação empresarial. Menos do que o esperado, mas de qualquer forma uma grata surpresa, caso talvez único no país.

Vencidos os percalços, a Conferência teve início com a presença do advogado Marcelo Bechara (Ministério das Comunicações), presidente da CON, e de deputados estaduais e federais. No segundo dia, os grupos de trabalho debateram inúmeros temas e tópicos, colocando "cara a cara" os militantes da luta pela democratização da comunicação, de um lado, e os representantes do capital, de outro lado.

Constelação

Um dos participantes da Conferência Paulista foi o vice-presidente da Rede Bandeirantes, Walter Ceneviva, que enfrentou fortes questionamentos no painel sobre produção de conteúdo, em que atuou como um dos debatedores. Ceneviva opinou que as restrições à publicidade "ameaçam a liberdade de expressão", por colocar em risco as receitas das emissoras, e disse (trocando em miúdos) que os concessionários de TV não têm por que prestar contas à população, já que são os donos dos equipamentos. Atacou também as propostas "mirabolantes" da sociedade civil. Depois, teve dificuldades em responder a uma saraivada de críticas, como a de uma pesquisadora acadêmica que denunciou racismo em um dos programas da Bandeirantes.

A arquitetura de construção da delegação da sociedade civil foi das mais complexas: gente demais, vagas de menos. Mas, após horas de debate e negociações, retiradas voluntárias e ajustes, chegou-se a uma chapa de consenso (ou quase), constituída por ampla constelação de movimentos, entidades e grupos.

A Conferência Paulista envia 661 propostas à 1a Conferência Nacional. Na plenária final foram aprovadas dezenas de moções, entre elas uma de repúdio a Serra por sua deliberada inação e outra condenando as restrições impostas pela CON. Bechara defendeu a CON, sem êxito. No discurso de encerramento, Bechara teve de reconhecer o extraordinário êxito da Conferência Paulista. Vitória da rebeldia. ★

Foto: Jair Pedrosa

***Pedro Estevam da Rocha Pomar** é delegado eleito à 1ª Confecom

Uma agenda democrática e popular para a mídia brasileira

*Jonas Valente**

No último dia 22 de novembro, chegou ao fim a maratona de realização das etapas estaduais da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, que envolveu eventos em todas as 27 Unidades da Federação. Como não puderam votar propostas – limite imposto pela Resolução n. 8 -, estes eventos ficaram limitados à eleição de delegados. Escolhidos os representantes dos três segmentos à etapa nacional, marcada para os dias 14 a 17 de dezembro em Brasília, as atenções voltam-se agora à discussão sobre o conteúdo das resoluções que sairão deste evento.

O processo da Conferência não foi fácil. Desde o seu início, ele foi limitado e restringido por sucessivos regramentos definidos a partir das chantagens e condicionantes impostos pelo empresariado do setor. Isso resultou num privilégio desmedido a este segmento, sustentado não apenas pelo governo federal, mas também por parte das entidades da sociedade civil integrantes da Comissão Organizadora Nacional.

A justificativa destas últimas para tal posicionamento se apoiava na avaliação que, sem a presença dos três setores, a Confecom corria riscos de não ser realizada ou fracassaria. Em uma conclusão nossa a partir deste raciocínio, feitas as concessões necessárias para que a Confecom fosse assegurada, não haveria mais a necessidade de limitar a estratégia de construção de uma agenda democrática e popular para as políticas de comunicação do país.

Independente das avaliações sobre os caminhos traçados até agora, já debatidas exaustivamente pelos vários atores envolvidos no processo, há de se reforçar a importância de uma estratégia no sentido do apontado no parágrafo anterior. A etapa nacional, depois de um difícil desenrolar, pode colocar a Confecom como ponto de virada na história da mídia brasileira caso consiga aprovar uma agenda democrática e popular para o setor.

Para isso, será necessário um grande esforço por parte das entidades da sociedade civil e dos movimentos sociais. Em primeiro lugar para conseguir consensuar uma plataforma comum a partir do rico conjunto de propostas apresentado por grupos como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), o coletivo Intervozes, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Conselho Federal de Psicologia (CFP), o Partido Comunista do Brasil e a Associação Braisileira de Canais Comunitários (Abccom), além do movimento negro e de mulheres.

No debate da 1ª Confecom, deve haver disposição tanto por parte dos movimentos sociais quanto pelo governo federal, para enfrentar as já conhecidas resistências do setor empresarial, que não abre mão dos privilégios constituídos ao longo da Ditadura Militar e das duas gestões de Fernando Henrique Cardoso.

Pelos debates realizados nas conferências estaduais, tal empreitada se mostra viável. É possível dizer que há um acordo consolidado em prol de um novo marco regulatório calcado em pontos como: (1) a constituição de órgãos reguladores abertos à participação da sociedade, (2) a forte limitação da concentração de propriedade dos meios de comunicação, (3) a ampliação da transparência e da participação da população na concessão e renovação de outorgas, (4) o fortalecimento da mídia pública e comunitária, (5) a proteção do conteúdo nacional e a instituição de cotas para estimular a produção regional e independente, (6) a democratização das verbas oficiais de publicidade, (7) a implantação de mecanismos para coibir a representação distorcida e desequilibradas de segmentos minoritários e oprimidos, bem como para ampliar o espaço destes na mídia, e (8) a promoção, pelo Estado, de uma política que assegure o acesso dos brasileiros à internet em banda larga.

É preciso ainda ajustar entre os diversos atores das formas concretas que cada uma destas diretrizes assume forma. Há ainda idéias diversas sobre a composição dos órgãos reguladores, a caracterização dos sistemas público, privado e estatal, a competência de municípios para outorgar autorizações de radiodifusão comunitária, percentuais e destinatários alternativos da publicidade governamental, fontes de receita para os mecanismos de financiamento e forma da universalização do acesso à banda larga. Estes desacordos, contudo, se mostram mais pontuais do que estruturais, o que abre caminho para uma extensa e qualificada pauta conjunta.

Em segundo lugar, vencido este esforço, faz-se necessário estabelecer uma interlocução com da delegação do poder público, em especial com o governo federal, cujos delegados serão o "fiel da balança". A boa surpresa desta reta final é a divulgação das propostas do Executivo Federal. Em diversos pontos as elaborações do promotor da Confecom se aproximam desta possível plataforma comum dos movimentos sociais.

No entanto, para que esta expectativa se concretize, deve haver disposição tanto por parte dos movimentos sociais quanto pelo governo federal para enfrentar as já conhecidas resistências do setor empresarial, que não abre mão dos privilégios constituídos ao longo a Ditadura Militar e das duas gestões de Fernando Henrique Cardoso. Não haverá mudança sem mexer nas estruturas já consolidadas. Terão, a sociedade e os dirigentes do Executivo Federal, a oportunidade de iniciar a realização de uma das principais tarefas históricas ainda assumidas por este governo.★

***Jonas Valente** é jornalista e militante do PT

Pessoas que devem ser ouvidas

*Ricardo Menezes**

Para debater o programa de governo para a Saúde, é preciso convidar para esta elaboração quadros de governo, e de fora dele também, que tenham – e explicitem – visões de mundo de esquerda, portanto, contribuam com suas análises críticas para o entendimento do que ocorreu de 2003 a 2009 na Saúde no nosso país

Debates começam a ocorrer sobre o programa de governo para a Saúde, a ser apresentado à sociedade brasileira pela futura candidata do PT a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Depois de receber uma ou outra nominata de expositores em eventos dessa natureza, me ocorreu redigir um alerta: é inadequado patrocinar tais eventos somente com quadros do governo, e seus aliados externos que como eles pensam, cujo discurso e prática no período foram de conformismo, ou seja, de aceitação do interdito político que os ministros da Fazenda e do Planejamento do governo Lula impuseram à ampliação e consolidação do Sistema Único de Saúde.

É preciso convidar para esta elaboração quadros de governo, e de fora dele também, que tenham – e explicitem – visões de mundo de esquerda, portanto, contribuam com suas **análises críticas** para o entendimento do que ocorreu de 2003 a 2009 na Saúde no nosso país, especialmente sobre o período que se iniciou em meados de 2005 – a partir desse ano quadros políticos do PMDB assumiram a condução do Ministério da Saúde – até o presente.

Do conformismo não brotarão proposições ousadas e que se dirijam ao encontro do interesse popular. No setor saúde, a discussão plural se impõe para que seja possível discutir uma plataforma social que venha a ser amplamente apoiada pela população, pois destinada à preservação da saúde e à defesa da vida.

E quem são as pessoas que vem fazendo análises críticas da Saúde no Brasil e apontando rumos e soluções que não são variantes do senso comum ou categorias superficiais próprias das soluções de mercado? Apontarei algumas.

Gastão Wagner de Souza Campos, médico sanitarista e professor titular da Unicamp, ex-secretário municipal de saúde de Campinas ao longo de duas gestões petistas e ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde (2003-2004).

Nelson Rodrigues dos Santos, também professor da UNICAMP, quadro técnico e político que honra o pensamento de esquerda no setor saúde, por sua longeva e profícua atuação em defesa do SUS durante quatro décadas.

Aparecida Linhares Pimenta, médica sanitarista e ex-secretária municipal de saúde de Bauru, Santos, Chapecó e Amparo, sendo que atualmente é secretária municipal de saúde de Diadema. Aparecida Pimenta já foi presidente do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde de São Paulo (COSEMS-SP) e, no presente, é Vice-Presidente do Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). Não ouvir o que tem a dizer Aparecida Pimenta, militante do PT e defensora intransigente do Sistema de Saúde nacional público e universal, é ininteligível.

Gilson Carvalho. Médico pediatra e sanitarista e um dos maiores especialistas em financiamento da Saúde no país.

Roberto Gouveia. Médico sanitarista e ex-deputado estadual de 1983 a 2002 e ex-deputado federal, 2003-2006 (PT-SP). Apresentou, no primeiro dia de exercício do seu mandato de deputado federal, o Projeto de Lei Complementar (PLC) que regulamenta o financiamento do setor saúde no Brasil. O PLC está lá, nos escaninhos do Senado Federal.

Tião Viana. Médico e senador pelo Acre (PT-AC). Apresentou Projeto de Lei Complementar (PLC) que dispunha também sobre regulamentação do financiamento do setor saúde. O PLC, aprovado no mês de abril de 2008, por unanimidade, pelo Senado Federal está até hoje tramitando – interdito político dos ministros do Planejamento e da Fazenda? – na Câmara dos Deputados.

Carlos Neder. Médico sanitarista e ex-secretário municipal de saúde de São Paulo. Foi vereador em diversas legislaturas nas décadas de 1990 e 2000 em São Paulo e ex-deputado estadual (PT-SP).

Paulo Capel Narvai. Cirurgião-dentista e professor titular da Faculdade de Saúde Pública da USP. Historicamente ligado às causas democráticas e populares no campo da saúde, e ao PT, é um defensor intransigente do Sistema de Saúde nacional público e universal.

O PT conta com inúmeros outros quadros preparados para opinar na elaboração do Programa de Governo Dilma Rousseff, na Saúde, tanto no que se refere à rede assistencial, quanto em relação à vigilância sanitária e ao controle de doenças. É preciso que sejam ouvidos.

Por fim, a pergunta que não quer calar: quem não deveria ser ouvido na elaboração do programa Dilma Rousseff para a Saúde? Os neopetistas e seus aliados vinculados aos interesses das empresas de planos e seguros de saúde no Brasil. Esses quadros neoconservadores defendem – por ação ou omissão – a política defendida pelos ministros do Planejamento e da Fazenda para a Saúde no governo Lula, cujos efeitos são sintetizados pela seguinte reflexão do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde: "o orçamento da saúde para 2010 é uma das mais críticas dos últimos anos, segundo os técnicos dos Conselhos Nacionais de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, Conass e Conasems. Os recursos previstos para o setor na proposta orçamentária encaminhada pelo Governo, segundo o cálculo, estão muito aquém do necessário e precisam ser revistos". ★

***Ricardo Menezes** é médico sanitarista

O meu papel, meu canudo de papel

*Aylton Affonso**

O mais preocupante é que a grande maioria dos estudantes dessas "universidades" privadas de má qualidade não são os "mauricinhos" e "patricinhas". Ao contrário, são filhos da classe trabalhadora.

Os acontecimentos na UNIBAN, em São Bernardo do Campo, que provocaram a rápida e contundente resposta das forças populares e progressistas, em diversas manifestações, moções de repúdio etc., foram bastante comentados sob a ótica do desrespeito e desconsideração com a mulher. Desnudaram a permanência do machismo e do sexismo em nossa sociedade, mesmo dentre a juventude dita "universitária".

No entanto, pouca análise foi feita sobre as questões de fundo que dizem respeito ao ambiente em que aconteceram – uma das típicas "universidades" que proliferaram e cresceram no país desde meados da década de 70 - e sobre a triste realidade desse ensino "superior" privado, que hoje congrega a grande maioria dos estudantes universitários brasileiros.

Muito se comentou sobre o comportamento de bando fascista dos estudantes da "Unitaliban", no dia da perseguição à estudante Geisy. Assim como muito se criticou a "atitude" da Reitoria, que num dia expulsa sumariamente, noutro volta atrás, mas sem nenhuma reconsideração dos fatos – o que esperar desses caras? Mas pouco se comentou sobre a reação de hostilidade da maioria dos estudantes da universidade à manifestação ocorrida na porta da dita cuja, dias após o ocorrido, chamada pela UNE, CUT, PT, movimentos de mulheres e demais entidades e forças.

Pois essa maioria, estimulada pelos gorilas da "Universidade", vaiou a manifestação. Refrões como "A Uniban não quer, esse tipo de mulher" foram entoadas. Isso é extremamente preocupante, pelo que revela do ambiente social, cultural e político que predomina nesses locais, e pelo que mostra dos valores e "idéias" inculcados junto a essa massa, tanto mais nefastos quanto mais revestidos com o verniz do "apoliticismo". Estudantes entrevistados preocupavam-se sobretudo com a imagem da universidade, com o que seria dos empregos deles depois que saírem etc. Esperada a preocupação com a "empregabilidade" – a velha, decisiva e sempre pertinente questão das "forças materiais" - mas choca constatar que em nenhum momento tiveram um lampejo sequer de questionamento do acontecido, da atitude da direção da universidade e deles próprios. Nem ao menos sobre o quanto essa própria "universidade" e a formação que oferece é obstáculo a conseguirem o tão almejado "sucesso profissional".

Ao contrário, vimos demonstrações de raciocínio primário, do mais tosco egoísmo, aquele sentimento de que "estou na universidade para me fazer" (ou me salvar...), ou seja, nada daquilo que sempre acalentamos, em nossos anseios humano-esquerdistas, deva ser o ambiente universitário: um local de produção de conhecimento, de formação de cidadãos críticos, transformadores, o que por óbvio não se contrapõe à formação de profissionais competentes etc. Pois absolutamente nada disto acontece nesses lugares. Essas são as "faculs" e "unis" da vida em que as matérias de filosofia, sociologia, história, são sempre as escolhidas para serem "matadas", pois "não servem para nada no mercado". São as "faculs" e "unis" em que proliferam os cursinhos de dois anos, que na verdade, de "superiores" só têm o nome e as aparências, tais como o apego àquelas regrinhas de como apresentar trabalhos de conclusão de curso (ainda que sem conteúdo e/ou mesmo encomendados e pagos). São as "faculs" e "unis" que se orgulham de só ter professores atuantes no "mercado", mas que por isso mesmo, via de regra, tratam seus empregos nelas como um "bico", ao qual se chega à noite correndo de seus trabalhos principais, sem preparação de aula, sem pesquisa, sem nada.

São as "faculs" e unis" que têm mais praças de alimentação do que bibliotecas ou laboratórios; que tem mais seguranças que pesquisadores; que têm catracas na entrada, feitas para barrar os inadimplentes, e também para impedir a entrada de "agitadores" (sindicatos de professores e de funcionários, entidades estudantis etc.).; e que se orgulham de dizer que "formam para a prática, para o mercado".

Existem imagens e rituais que dizem tudo isto melhor que palavras. O que dizer das peças publicitárias dessas "unis" que identificam o "sucesso" com a imagem de executivos de terno e gravata no comando de empresas? Ou aquelas que dizem: "eu cheguei lá" - aonde mesmo, cara pálida? Ou daquela faculdade que alardeava - suprasumo do darwinismo social - que seu papel era formar "bichos mais capacitados" para a concorrência no mercado de trabalho: tigres e leões, ao invés de coelhos ou lebres? E o que dizer das festas de formatura, prá lá de tradicionais e conservadoras, com discursos em que são louvados Deus, Pátria e família?

O mais preocupante disso tudo é que a grande maioria dos estudantes dessas escolas não são os "mauricinhos" e "patricinhas". Ao contrário, são filhos da classe trabalhadora, daquela que, com muito sacrifício, consegue

colocar seus filhos em uma escola superior, mesmo privada. São aqueles jovens que, com formação básica no geral insuficiente e precária, dificilmente conseguem o ingresso numa Universidade Pública, dado que esta não consegue nem de longe suprir as vagas necessárias, e dado o funil cruel do Vestibular. E hoje, parte considerável estuda nelas com o Pró-Uni.

Esses estudantes, submetidos a uma lógica concorrencial, estimulada desde o início pela diretriz dos cursos, e sem o reforço de uma base intelectual indisponível nessas universidades, que poderiam lhes propiciar uma perspectiva crítica do que lhe é oferecido, embarcam de cabeça no que essa "unis" oferecem – formação rápida e superficial, de acordo com os cânones e a ideologia do mercado, e a garantia do diploma em pouco tempo. Com ele na mão, vão conseguir algum emprego mais ou menos remunerado, participarão de reuniões com seus "chefes" (já que chegar a sê-lo são outros quinhentos), vestirão a camisa (e o terninho) da empresa e se sentirão, finalmente, "incluídos e vitoriosos" – pelo menos até o próximo corte na empresa...

A nova classe média-baixa conservadora

Estamos falando aqui de um fenômeno que vai muito além das salas de aula, e que tem a ver com a produção de uma "nova classe média-baixa" conservadora no país. Esse fenômeno acompanha a ainda tímida mas tão falada "ascensão social" de segmentos da classe trabalhadora, inclusive por programas e políticas governamentais, mas que, acompanhada do recuo ideológico, político e organizativo da esquerda na sociedade, tendem a se tornar mais conservadores por agora "terem o que perder". No âmbito do acesso ao ensino, convergem para isso a muito estudada e compreensível busca de ascensão social via estudo, a prevalência desse modelo de universidade destinado a estes setores, e a colaboração do Estado brasileiro, seja, até pouco tempo, pela não ampliação das vagas no ensino público superior (retomada apenas pelo Governo Lula), seja pelo financiamento a essas universidades via Pró-Uni. O dinheiro público acaba por, ao mesmo tempo, garantir a permanência de muitos jovens trabalhadores nestas escolas, mas também por sustentá-las e viabilizá-las do jeito que elas são.

E assim o liberalismo, o conservadorismo, vão reproduzindo sua ideologia e reafirmando sua hegemonia junto a um setor social em que deveria ser prioridade da esquerda fazer essa disputa.

É a fórmula perfeita para a burguesia: para seus filhos, uma sólida formação em instituições de ponta, que pode até ter pitadas de "humanismo", mas que prepara as novas gerações da "elite dirigente", de proprietários e de gestores do capital. Para os filhos dos trabalhadores, uma formação "meia-boca", que permita apenas a sua rápida inserção subordinada no mercado de trabalho para melhor contribuírem com a acumulação do capital, desprovida de qualquer questionamento ao ideário do "mercado" e da "competição", de forma a impedir ou dificultar a construção da consciência de classe. Taí a nova classe média-baixa dos sonhos da direita: contente em "ascender", temerosa com os "de baixo" , e que se espelha nos "de cima".

É lógico que nisto tudo se manifestam as contradições. Lógico que é sempre desejável, para a classe trabalhadora, ter algum acesso a alguma formação, do que nenhuma, que lhe permita sim melhor se colocar no mercado. Mas, se estamos tratando de um projeto de país e de sociedade, é preciso encarar essa realidade, provocando o debate público sobre o perfil de cidadão que sai dessas instituições, sobre o modelo de universidade que precisamos e sobre o modelo que realmente prevalece no ensino privado, contestando pública e frontalmente esse último, pelo que produz e pelo o que (de)forma. É preciso reforçar e colocar em primeiro plano na pauta política a luta pela ampliação mais significativa das universidades públicas e de suas vagas. E, num primeiro momento, enquanto não se coloque como tarefa imediata o fim do sistema universitário privado, é preciso exigir, tomar como bandeira, a criação de uma política mais severa de exigência de qualidade e de criação de ambientes universitários minimamente dignos desse nome, em todas as instituições universitárias privadas, principalmente as conveniadas ao Pró-Uni.

Para isso, a construção das "condições subjetivas" é fator primordial. Nossa juventude partidária, por ex., consegue inserir-se nessas escolas? Consegue dialogar ao menos com uma parcela desses estudantes, que talvez estejam à procura mesmo de uma referência diversa da que prevalece? Ou, assim como a UNE e UEEs, continuaremos centrando nossa atuação no movimento estudantil apenas nas Universidades públicas e federais?

Há mais de trinta anos atrás, Martinho da Vila, em sua "O Pequeno Burguês" (o meu papel, meu canudo de papel....), já cantava essa bola. Mas parece que escreveu ontem essa música.★

***Aylton Silva Affonso** é arquiteto, militante da AE em Santo André - SP

É a fórmula perfeita para a burguesia: para seus filhos, uma sólida formação em instituições de ponta, que pode até ter pitadas de "humanismo", mas que prepara as novas gerações da "elite dirigente", de proprietários e de gestores do capital. Para os filhos dos trabalhadores, uma formação "meia-boca", que permita apenas a sua rápida inserção subordinada no mercado de trabalho para melhor contribuírem com a acumulação do capital, desprovida de qualquer questionamento ao ideário do "mercado" e da "competição", de forma a impedir ou dificultar a construção da consciência de classe.

O mito do muro

*Breno Altman**

O noticiário internacional esteve marcado, em novembro, pelas festividades comemorativas aos vinte anos da queda do Muro de Berlim. A maioria da imprensa celebrou o evento com galhardia. Trata-se, afinal, do símbolo mais emblemático da derrocada do socialismo e da possibilidade histórica de qualquer sistema distinto do capitalismo triunfante.

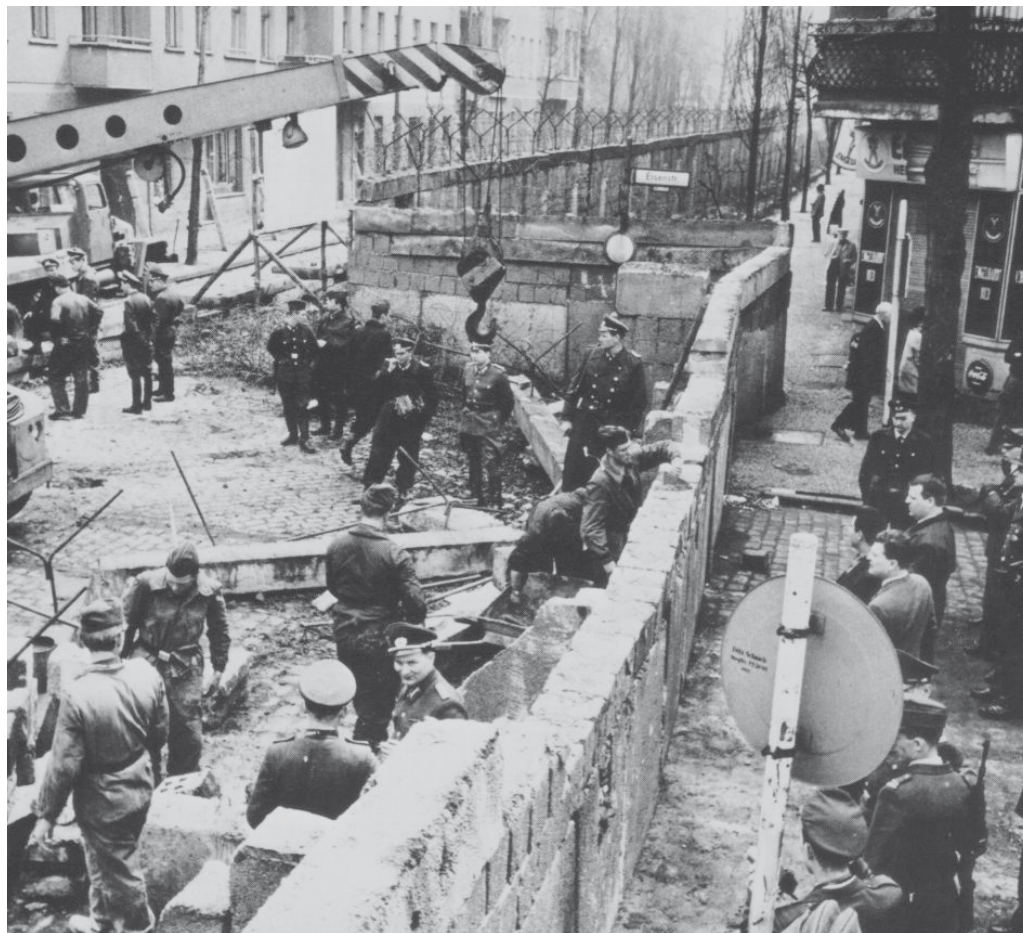
A conjugação de uma incrível máquina de propaganda com o complexo de vira-lata comum aos perdedores foi capaz de atrair para essa comemoração amplos setores progressistas e de esquerda, que simplesmente mandaram às favas qualquer espírito crítico.

O Muro de Berlim costuma ser apresentado, pelos campeões da liberdade, como produto de um sistema político tirânico, cuja natureza seria a divisão dos povos e sua subordinação ao tacape de uma ideologia totalitária. Os fatos que lhe deram origem há muito foram subtraídos da informação cotidiana.

Quando terminou a 2ª. Guerra Mundial, a Alemanha foi dividida em quatro zonas de influência, entre norte-americanos, ingleses, franceses e soviéticos. A capital histórica, Berlim, pertencente ao território controlado pelo Exército Vermelho, acabou igualmente repartida em áreas controladas pelos países vitoriosos.

Quem se der ao trabalho de ler as atas das conferências de Ialta, Potsdam e Teerã se dará conta que Moscou era contrária a essa divisão. Sua proposta era dotar a Alemanha de um governo provisório, sem divisão do território, que organizasse em dois anos um processo eleitoral nacional. Os demais aliados, temerosos que o país caísse nas mãos dos comunistas, exigiram o modelo adotado.

A União Soviética acatou, depois que viu garantido seu direito de hegemonia sobre os demais países fronteiriços, além de preservado seu controle militar sobre a antiga Prússia Oriental. Em nome de sua política de segurança e da manutenção da aliança que derrotou o nazismo, abdicou de parte da sua influência na porção ocidental da Alemanha e do antigo Império Austro-Húngaro, apesar dos comunistas já serem maioria na Áustria.

Outro compromisso que constava da agenda pós-guerra era a constituição de um fundo mundial para a reconstrução européia. O papel principal, nesse trâmite, cabia aos Estados Unidos, a potência que menos havia sofrido com o esforço de combate, cuja economia havia sido vitaminada pelo conflito e dispunha de imensos recursos financeiros.

Mas a vitória eleitoral dos comunistas na Tcheco-Eslováquia, seguida de resultados espetaculares na Itália e França, em 1946, provocou uma reviravolta. A Casa Branca decidiu-se por quebrar o pacto da reconstrução e inundar de financiamento apenas sua área de influência, dando origem ao Plano Marschall em 1947. Cerca de 140 bilhões de dólares, em valores atualizados, foram injetados no ocidente europeu.

A União Soviética, que havia arcado com um incalculável custo humano e material ao ser o grande vetor da vitória contra Hitler, passou a enfrentar uma outra guerra, financeira e de sabotagem, contra suas posições. Especialmente na Alemanha Oriental, constituída em 1949 como República Democrática da Alemanha.

A estratégia norte-americana era roubar os melhores profissionais alemães, atraí-los a peso de ouro a partir de sua cabeça-de-ponte em Berlim Ocidental, que recebia aportes formidáveis para ser exibida como vitrine esplendorosa da pujança capitalista. A fuga de cérebros e braços asfixiava a jovem RDA, que pouco podia contar com a ajuda material soviética, pois estava o Kremlin às voltas com o dificílimo reerguimento do próprio país.

Foram mais de doze anos em uma batalha árdua e desigual. A URSS tinha quebrado a máquina de guerra do nazismo, retesando cada músculo e cada nervo da nação, e se via diante de uma situação que poderia levar à desestabilização de suas fronteiras, exatamente a aposta maior da Casa Branca.

Essa escalada teve seu desfecho no dia 13 de agosto de 1961, data inaugural do Muro de Berlim. O fluxo entre os dois países e as duas áreas da antiga capital foi militarmente interrompido e obstaculizado por uma construção que chegou a ter 66,5km de redeamento metálico e murado. Famílias e amigos foram separados por quase trinta anos. Aprofundou-se a fratura entre ocidente e oriente na Europa. Uma nação histórica foi dividida. Oitenta pessoas morreram e 142 ficaram feridas ao tentar ultrapassar o muro, finalmente derrubado em 1989.

Mas, depois de vinte anos, há uma pergunta simples parada no ar: o mundo está melhor ou pior que em 1989? A primeira faceta a analisar é a economia, terreno no qual o capitalismo restaurado mais prometia.

Utilizemos, como referência, a Comunidade dos Estados Independentes (formada pelos antigos países que compunham a União Soviética, menos Lituânia, Estônia e Letô-

O efeito principal da queda do muro, porém, talvez se situe além-fronteiras, como previu o historiador inglês Eric Hobsbawn ainda quando caia o pano sobre o socialismo soviético. A quebra da bipolaridade foi sucedida pela hegemonia implacável de uma só potência, os Estados Unidos.

nia), principal núcleo do sistema socialista. De 1989 a 2008, segundo dados do Fundo Monetário Internacional, sua participação na economia mundial decaiu de 7,7% para 4,6%. Na primeira década pós-muro seu PIB decaiu 39,50%, com sete anos seguidos de recessão. Apenas em 2007 sua economia atingiu o mesmo patamar de 1989.

Enquanto o planeta, em média, cresceu 89,9% desde o ano zero do colapso soviético, a CEI engordou sua produção em tristes 9,60% no mesmo período. Sua indústria e agricultura foram arruinadas, com perdas mais significativas que durante a 2ª. Guerra Mundial. Recuperou-se nos últimos dez anos graças à exportação de petróleo, cujos preços se multiplicaram por dez entre 1999 e 2007. Mas a depressão pós-socialista esfacelou com a cadeia produtiva.

Esse é o cenário da imensa maioria das nações que compartilhavam, com a URSS, do projeto interrompido em 1989. Mesmo os países que se recuperaram melhor da transição capitalista (como República Checa, Eslovênia, Polônia e Hungria) tiveram taxas de crescimento abaixo da média mundial nesses vinte anos.

As conseqüências sociais desse terremoto foram retumbantes. O ciclo depressivo combinou-se com uma formidável concentração da renda. Adotemos como critério o índice Gini, mundialmente aceito para avaliar disparidades nos ingressos dos cidadãos: os indicadores oscilam entre 0 e 1, da equidade absoluta à desigualdade total. A Federação Russa, em 1991, apresentava um índice de 0,271. Dezessete anos depois, em 2008, a concentração de renda bateu em 0,415.

Na antiga União Soviética, tomando por base o ano de 1989, os 10% mais ricos ganhavam três vezes mais que os 10% mais pobres. Menos de vinte anos se passaram e essa distância mais que decuplicou. Nos países que compõem a CEI, os 10% mais ricos ganhavam quarenta vezes mais que os 10% mais pobres em 2007. Atualmente mais de metade da população ganha 65% ou menos da média do salário nacional, enquanto 13% dos trabalhadores vivem com salários inferiores a cem euros, para uma cesta básica avaliada em €170. São todos dados oficiais do Banco Central russo.

Possivelmente o único terreno no qual se possa identificar algum avanço é o das liberdades civis, antes fortemente restringidas pelo tipo de governo adotado em resposta ao cerco político, econômico e militar ao qual foi submetido o campo socialista desde 1917. As pessoas têm, em tese, direitos mais amplos de expressão, reunião e movimento. Mas o monopólio da riqueza, na maior parte dos casos, faz desses direitos uma mera formalidade legal.

No período histórico anterior, apenas o partido comunista e a rede de organizações que dirigia tinham, por exemplo, permissão para criar jornais e outros veículos de imprensa. Agora essa possibilidade, constitucionalmente franqueada a qualquer cidadão, só pode ser exercida por quem reúne poder econômico. Isso para não falarmos do papel das máfias e do autoritarismo oligárquico pós-socialista.

O efeito principal da queda do muro, porém, talvez se situe além-fronteiras, como previu o historiador inglês Eric Hobsbawn ainda quando caia o pano sobre o socialismo soviético. A quebra da bipolaridade foi sucedida pela hegemonia implacável de uma só potência, os Estados Unidos.

As instituições que serviam como espaços reais de negociação entre os dois sistemas perderam importância e foram socavadas pelos interesses de Washington. A geopolítica da paz armada, derrotada, deu lugar à geopolítica da guerra de conveniência. A Casa Branca ficou com as mãos livres para defender seus propósitos – como o fez na Iugoslávia, no Iraque e no Afeganistão – e atropelar a ordem mundial.

Os trabalhadores ocidentais, que durante quatro décadas puderam obter importantes conquistas associando seu poder sindical e político à pressão externa exercida pelo socialismo, se viram enfraquecidos de uma hora para outra. Muitos de seus direitos acabaram decepados na esteira da reorganização capitalista, quando o risco de perder o comando sobre estados e sociedades deixou de tirar o sono das elites mundiais.

O movimento de descolonização, impulsionado pelo escudo oferecido pela União Soviética, bateu contra a parede. Bloqueou-se a possibilidade de vias independentes de desenvolvimento, apartadas da lógica ditada pelas grandes potências. As nações mais pobres, especialmente as da África e América Latina, enfraquecidas com o modelo de privatização e internacionalização de suas economias, incrementaram a exportação de pessoas em uma escala inédita – devidamente respondida pelos países ricos com uma nova onda de racismo e exclusão.

No momento em que esse mundo unipolar pós-Berlim entra em crise e as forças progressistas parecem retomar sua capacidade ofensiva em algumas partes do planeta, não é o caso de tomar os dados e fatos aqui narrados como discurso de ressurreição. A experiência soviética fracassou, e ponto. Não foi capaz, por seus erros e dificuldades, de se apresentar como uma alternativa suficientemente poderosa e eficaz para substituir o capitalismo.

Outros caminhos deverão ser desbravados. Processos distintos serão vividos. A questão é que, até para buscar novas saídas, faz-se necessário acertar contas com os vitoriosos de 1989 e desnudar seus feitos reais, tão reveladores da natureza de um sistema anunciado como o fim da história. ★

***Breno Altman** é jornalista e diretor de redação do site Opera Mundi (www.operamundi.com.br)

Na ocupação, com Mario Monicelli

*Osvaldo Coggiola**

Na periferia industrial de Roma, na Tiburtina, a fábrica Eutelia, uma das mais importantes da área de informática da Itália, foi fechada pelos seus donos, demitindo 1200 trabalhadores. Faz mais de um mês, a fábrica foi ocupada pelos operários, e posta para produzir. A 10 de novembro, os trabalhadores repeliram um ataque de bandas para-policiais ("vigilantes"). A 25 de novembro, um ato-festival foi realizado na fábrica, com oradores e grupos musicais, para receber solidariedade e divulgar a luta. Lá fui eu, levar meu apoio e saber o que rolava.

O ato era bastante pequeno, pouco numeroso. Os oradores sindicais (FIOM-CGIL) apelavam para a sensibilidade das autoridades, fustigavam os donos pela sua "má gestão da empresa", criticavam a mídia. Até que um orador, bem mais velho, tomou a palavra e, falando com energia, responsabilizou o capitalismo e chamou à unidade dos ocupantes da Eutelia com os outros trabalhadores da Itália que lutam pelos mesmos motivos, em especial os sardos e venetos da Alcoa (que dois dias depois enfrentaram a polícia, em manifestação nas ruas de Roma).

Quem era ele? Ninguém menos que Mario Monicelli, o diretor e roteirista de "L' Armata Brancaleone", "I Compagni", "I Soliti Ignoti", "Brancaleone nelle Crociate", "Romanzo Popolare", "Amici Miei", "Parenti Serpenti", e tantos outros filmes, que já não são só parte dos clássicos do cinema italiano, mas da própria cultura universal (viraram até expressòes usadas na linguagem corrente). O único "regista" italiano que conseguiu reunir, num só filme, Albertone Sordi e Totò, os dois maiores comediantes do cinema italiano em todos os tempos.

Lá estava ele, com seus 95 anos (sim, noventa e cinco), falando com a energia de um garoto, chamando à unidade dos trabalhadores, sublinhando e encorajando o papel das mulheres na luta de classes, ele que o filmou como ninguém no fantástico "I Compagni", de 1961 (Mario Monicelli, Marcello Mastroianni, Renato Salvatori, Annie Girardot: muito tempo passará até outro filme reunir quatro génios como esses...), quando os movimentos feministas, na Europa e no mundo, apenas engatinhavam.

Fui falar com ele, ele sentado no meio dos operários, o vencedor dos Festivais de Veneza e Berlim, bebendo seu cafezinho. A conversa não foi fácil, ele está começando a ter problemas auditivos (embora se negue a usar aparelho de ouvido), mas foi o suficiente para me dizer que continua "mais comunista do que nunca". E falava com qualquer um que quisesse falar com ele, eu inclusive.

Pensei: não sou da geração da Internet e do celular, do hi-phone e do skype, do sei lá mais o que (não consigo nem acompanhar), das viagens fáceis para qualquer lugar, e não me considero sortudo por isso (bem ao contrário); mas sou da geração à qual Monicelli (e os poucos que estavam à sua altura) ensinou, depois de passar pelo fascismo e pela guerra, coisas que, hoje, nos fazem sorrir quando vemos (ou lemos, ou assistimos) "desconstruções" dos "ocidentalismos" (e dos "orientalismos" ad hoc), defesas dos "multiculturalismos", ou "re-inclusões" dos "excluídos da história" - num festival de populismos intelectuais paternalistas de terceira categoria, que passa por "novidade". Sem falar em algumas "criacionices" cinematográficas, hollywoodianas ou não, que, perto dos filmes de Monicelli parecem obras de estudantes desorientados de cinema do primeiro ano da ECA-USP.

Monicelli nos fez viver o sublime e o ridículo dos desempregados/ladrões amadores do capitalismo hodierno (em "I Soliti Ignoti"), nos mostrou como os "excluídos" se "incluiam" sozinhos (em "I Compagni") e se fusionavam, no partido operário, com a intelectualidade revolucionária... e também ingénua (Mastroianni!), justamente porque revolucionária. E os dois "Brancaleone" são muito mais que "comédias italianas": décadas antes que isso virasse "moda", Monicelli explodiu, a tiros de gargalhada, todos os euro/cristiano-centrismos – Monicelli/Gassman, encontros como esse só acontecem dois ou três por século (outro génio do século XX, este lamentavelmente morto - prematuramente -, Bernard-Marie Koltès, acabou com todo o racismo anti-árabe que grassa na Europa, com uma só frase: "Se na França não houvesse árabes, ela seria igual à Suíça").

Monicelli, o único intelectual italiano na ocupação da fábrica, com seus 95 anos, um dos maiores diretores de cinema do século XX, e também do século XXI (quem duvidar, que assista "Lettere della Palestina", de 2002, ou "Le Rose del Deserto", de 2007), um jovem quase centenário, porque artista e comunista.

Ciao, grande Mario, nos vemos na próxima ocupação de fábrica, para falarmos de internacionalismo e comunismo. Monicelli ficou até o final do ato, depois o acompanhamos até o ponto onde tomou, sozinho, o táxi que o levou à casa; eu fui andando até meu ponto de ênibus pois, afinal, sou um adolescente. ★

***Osvaldo Coggiola** é professor da USP

Fotos da ocupação da Eutélia, da luta contra a polícia dos operários da Alcoa, e uma de Monicelli e Coggiola no ato-festival, lamentavelmente pouco clara, porque tirada com um celular chinês (mas não comunista).